

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 014/015 CURITIBA, QUINTA/SEGUNDA-FEIRA, EM 07/11 DE MARÇO DE 2002 ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Durval Amaral
Líder da Oposição Waldyr Pugliesi
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Luiz Traiano
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Luciana Rafagnin
PDT Luiz Carlos Zuk
PSL Luiz Carlos Martins
PL Pastor Edson Praczyk
PPS Marcos Isfer

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 06: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 011ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
07 DE MARÇO DE 2002**

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Fernando Guimarães e Antonio Anibelli.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Antonio Anibelli, Nelson Garcia; PL: Chico Noroeste; PPB: Duílio Genari; PDT: Eli Ghellere, Luiz Carlos Zuk; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Durval Amaral; PMDB: Nereu Moura, Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário; PSC: Fernando Guimarães (18).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Senhor presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

17 (dezessete) senhores deputados aprovam.

Não há quórum para o prosseguimento da Sessão.

Nestas condições declaro encerrada a presente Sessão marcando outra para segunda-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 575, 608, 619, 622, 647, 649, 654, 657, 659, 688, 689 e 697/2001.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 396/2001.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nºs 228/99, 066 e 251/2000.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissão:

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO DE ALIMENTOS
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Aos dezenove dias do mês de fevereiro de dois mil e dois, às 10:00 horas, reuniu-se ordinariamente a Comissão Parlamentar de Inquérito de Alimentos, sob a presidência do senhor deputado Orlando Pessuti, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Cezar Silvestri, Pastor Edson Praczyk, Eli Ghellere, Ademir Bier, Luciana Rafagnin, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Duílio Genari e Ricardo Maia. Dado início aos trabalhos o presidente, deputado Orlando Pessuti, agradeceu todos os parlamentares, a assessoria da Assembléia Legislativa e a todas as entidades, Emater, Secretaria da Agricultura, enfim, todos que colaboraram para o perfeito andamento das audiências públicas realizadas no interior do Estado. Após o presidente passou a palavra ao relator deputado Cesar Silvestri que fez um resumo das audiências públicas, salientando alguns pontos importantes, dentre eles: A portaria 56, a questão dos calotes dos laticínios, a carga tributária que poderia ser reduzida, a importação do leite, a necessidade de implantação da indústria de leite em pó, utilização dos produtos lácteos na merenda escolar, a redução do pedágio para os transportadores de leite, a importância da participação da associação dos municípios nas audiências subsequentes, redução do prazo de validade do leite, a denúncia sobre as embalagens que podem ser cancerígenas, dentre outros pontos importantes citados pelo relator. O deputado ainda comentou sobre o curto tempo que disponibiliza para terminar seu relatório, esclarecendo que a audiência na região metropolitana deve ser realizada o mais breve possível. A seguir, o deputado Orlando Pessuti falou aos presentes, que o município de Paranavaí solicitou a presença dos membros desta CPI, para uma reunião que seria realizada no dia quatro de março do corrente ano. A deputada Luciana Rafagnin reforçou o pedido, demonstrando a importância da realização desta reunião em Paranavaí, pois existem várias denúncias de calote na região. A seguir o deputado Edson Praczyk solicitou uma maior divulgação do disque denúncia. Em seguida o deputado Ricardo Maia salientou que a presença da CPI em Maringá e Londrina, foi no momento certo, causando uma grande esperança a todos os produtores de leite, ainda sugeriu mais quatro reuniões prévias antes da apresentação do relatório. Com a palavra o presidente falou que a intenção seria prestar informações sobre o relatório final

na Feira Agropecuária que será realizada no dia dez de abril em Londrina. O deputado Ademir Bier acha o tempo é curto, sendo complicado realizar um bom trabalho até o fim de março. O deputado Cesar Silvestre salientou que após a realização da audiência pública, no início de março deverão ser ouvidos todos os setores. O deputado Eli Ghellere comentou que os depoimentos deverão ser realizados todos na Assembléia Legislativa do Estado. A seguir o deputado Orlando Pessuti definiu a data de vinte e sete de fevereiro do corrente ano para a realização da audiência pública na região metropolitana, solicitando a sugestão dos presentes para definir o melhor local para a realização da mesma, após ouvir os presentes decidiu que esta seria realizada no plenário da Assembléia Legislativa do Estado. Após, o presidente passou a palavra ao doutor Luis Pirin, representante da FETRAF - Sul, que falou a todos que já temos sugestões e denúncias suficientes e que vê a necessidade de somente mais uma audiência pública. Em seguida foi concedida a palavra ao doutor Wilson Thiesen, que comentou sobre a necessidade de convocar as entidades para prestar os depoimentos sobre diversos aspectos polêmicos levantados nas audiências públicas, sugerindo ainda que fosse encaminhada uma proposta em relação ao preço mínimo do leite e um maior apoio a exportação. Após o doutor Luiz Augusto Pfau, falou da possibilidade de prestar as informações finais na Feira Agropecuária em Londrina, considerando ideal. A seguir o deputado Augustinho Zucchi falou que a expectativa de todos os produtores é muito grande e que todos esperam por resultados. Com a palavra o doutor Ronei Volpi falou que as expectativas foram superadas e sugeriu uma política industrial do setor lácteo no Paraná, salientando que a maioria dos produtores tem potencial para aumentar a produção, sugeriu ainda, a colaboração de todas as entidades, auxiliando na elaboração de um relatório consistente. Por fim o presidente Orlando Pessuti, confirmou a realização da audiência pública, envolvendo a (região sul), região metropolitana e litoral do Estado para a data de vinte e sete de fevereiro do corrente ano, às 10h00 no plenário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, da qual lavrei a presente Ata que vai assinada por ele, e por mim Everlei Terezinha Cleto, secretária da Comissão.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente
Everlei Terezinha Cleto - Secretária

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DE
ALIMENTOS
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro de dois mil e dois, às 09h00, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito de Alimentos, para a realização da Audiência Pública no município de Ponta Grossa, sob a presidência

do senhor deputado Orlando Pessuti, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Plauto Miró, Cezar Silvestri, Pastor Edson Praczyk, Eli Ghellere, Luciana Rafagnin e Luiz Carlos Zuk. Dado início aos trabalhos o presidente, deputado Orlando Pessuti, teceu alguns comentários sobre a importância da instalação da CPI, deixando claro que qualquer pessoa poderia se manifestar. Os deputados acompanharam atentamente os relator e as denúncias, que estão devidamente documentadas, conforme notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente reunião, da qual lavrei a presente Ata que vai assinada por ele, e por mim Everlei Terezinha Cleto, secretária da Comissão.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente
Everlei Terezinha Cleto - Secretária

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO DE ALIMENTOS
14ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro de dois mil e dois, às 16h00, reuniu-se, a Comissão Parlamentar de Inquérito de Alimentos, para a realização da Audiência Pública no município de Guarapuava, sob a presidência do senhor deputado Orlando Pessuti, mais a presença dos senhores deputados: Plauto Miró Guimarães, Cezar Silvestri, Pastor Edson Praczyk, Eli Ghellere, Luciana Rafagnin e Ademir Bier. Dado início aos trabalhos o presidente Orlando Pessuti, teceu alguns comentários sobre a importância da instalação da CPI, deixando claro que qualquer pessoa poderia se manifestar. Os deputados acompanharam atentamente os relatos e as denúncias, que estão devidamente documentadas, conforme notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente sessão, da qual lavrei a presente ata que vai assinada por ele, e por mim Everlei Terezinha Cleto, secretária da Comissão.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente
Everlei Terezinha Cleto - Secretária

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO DE ALIMENTOS
14ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 3ª AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Aos trinta dias do mês de janeiro de dois mil e dois, às 09h00, reuniu-se, a Comissão Parlamentar de Inquérito de Alimentos, para a realização da Audiência Pública no município de Francisco Beltrão, sob a presidência do senhor deputado Orlando Pessuti, mais a presença dos senhores deputados: Cezar Silvestri, Pastor Edson Praczyk, Eli Ghellere, Luciana Rafagnin, Caíto Quintana, Ademir Bier, Augustinho Zucchi e Moacir Micheletto. Dado início aos trabalhos o presidente Orlando Pessuti, teceu alguns comentários sobre a importância da instalação da

CPI, deixando claro que qualquer pessoa poderia se manifestar. Os deputados acompanharam atentamente os relatos e as denúncias, que estão devidamente documentadas, conforme notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente sessão, da qual lavrei a presente ata que vai assinada por ele, e por mim Everlei Terezinha Cleto, secretária da Comissão.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente
Everlei Terezinha Cleto - Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO DE ALIMENTOS
14ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 4ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos trinta dias do mês de janeiro de dois mil e dois, às 16h00, reuniu-se, a Comissão Parlamentar de Inquérito de Alimentos, para a realização da Audiência Pública no município de Cascavel, sob a presidência do senhor deputado Orlando Pessuti, mais a presença dos senhores deputados: Cezar Silvestri, Pastor Edson Praczyk, Eli Ghellere, Luciana Rafagnin, Elio Rusch, Ademir Bier, Duílio Genari e Moacir Micheletto. Dado início aos trabalhos o presidente Orlando Pessuti, teceu alguns comentários sobre a importância da instalação da CPI, deixando claro que qualquer pessoa poderia se manifestar. Os deputados acompanharam atentamente os relatos e as denúncias, que estão devidamente documentadas, conforme notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente sessão, da qual lavrei a presente ata que vai assinada por ele, e por mim Everlei Terezinha Cleto, secretária da Comissão.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente
Everlei Terezinha Cleto - Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO DE ALIMENTOS
14ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos trinta dias do mês de janeiro de dois mil e dois, às 09h00, reuniu-se, a Comissão Parlamentar de Inquérito de Alimentos, para a realização da Audiência Pública no município de Maringá, sob a presidência do senhor deputado Orlando Pessuti, mais a presença dos senhores deputados: Cezar Silvestri, Pastor Edson Praczyk, Eli Ghellere, Luciana Rafagnin, Divanir Braz Palma e Ricardo Maia. Dado início aos trabalhos o presidente Orlando Pessuti, teceu alguns comentários sobre a importância da instalação da CPI, deixando claro que qualquer pessoa poderia se manifestar. Os deputados acompanharam atentamente os relatos e as denúncias, que estão devidamente documentadas, conforme notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente

encerrou a presente sessão, da qual lavrei a presente ata que vai assinada por ele, e por mim Everlei Terezinha Cleto, secretária da Comissão.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente
Everlei Terezinha Cleto - Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO DE ALIMENTOS
14ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 6ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos trinta dias do mês de janeiro de dois mil e dois, às 16h00, reuniu-se, a Comissão Parlamentar de Inquérito de Alimentos, para a realização da Audiência Pública no município de Londrina, sob a presidência do senhor deputado Orlando Pessuti, mais a presença dos senhores deputados: Cezar Silvestri, Pastor Edson Praczyk, Eli Ghellere, Luciana Rafagnin. Dado início aos trabalhos o presidente Orlando Pessuti, teceu alguns comentários sobre a importância da instalação da CPI, deixando claro que qualquer pessoa poderia se manifestar. Os deputados acompanharam atentamente os relatos e as denúncias, que estão devidamente documentadas, conforme notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente sessão, da qual lavrei a presente ata que vai assinada por ele, e por mim Everlei Terezinha Cleto, secretária da Comissão.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente
Everlei Terezinha Cleto - Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO DE ALIMENTOS
14ª LEGISLATURA - 3ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 7ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e dois, às 10h00, reuniu-se, a Comissão Parlamentar de Inquérito de Alimentos, para a realização da Audiência Pública envolvendo a Região Sul: Curitiba, Região Metropolitana e Litoral, sob a presidência do senhor deputado Orlando Pessuti, mais a presença dos senhores deputados: Cezar Silvestri, Pastor Edson Praczyk, Hermas Brandão, Duílio Genari, Ademir Bier, Caíto Quintana, Augustinho Zucchi, Eli Ghellere, Luciana Rafagnin, Algaci Tulio, José Maria Ferreira, Ângelo Vanhoni. Dado início aos trabalhos o presidente Orlando Pessuti, teceu alguns comentários sobre a importância da instalação da CPI, deixando claro que qualquer pessoa poderia se manifestar. Os deputados acompanharam atentamente os relatos e as denúncias, que estão devidamente documentadas, conforme notas taquigráficas em anexo. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente sessão, da qual lavrei a presente ata que vai assinada por ele, e por mim Everlei Terezinha Cleto, secretária da Comissão.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Presidente
Everlei Terezinha Cleto - Secretária

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 012ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
11 DE MARÇO DE 2002**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Nelson Garcia e Eli Ghellere.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielese, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pesutti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura das Atas das Sessões anteriores, as quais foram aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 350

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 285/98, institui a Região Metropolitana de Cascavel e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 11.03.2002.

(a) ELI GHELLERE

REQUERIMENTO Nº 341

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que os Projetos de Lei nºs 230 e 215/2000, sejam anexados ao Projeto de Lei nº 358/99, por tratar-se do mesmo assunto (institui normas sobre concursos prognósticos numéricos).

Sala das Sessões, em 11.03.2002.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO Nº 342

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que os Projetos de Lei nºs 022 e 038/2002 sejam anexado, por tratar-se do mesmo assunto (Copel).

Sala das Sessões, em 11.03.2002.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

REQUERIMENTO Nº 354

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos desta Casa, votos de pesar pelo falecimento da senhora Valdair Peres Dias, no dia 06 próximo passado, no município de Capitão Leônidas Marques.

Requer, ainda, seja encaminhada cópia deste requerimento ao senhor Périque Pedro Barella, viúvo da extinta, aos cuidados da Prefeitura Municipal de Santa Lúcia.

Sala das Sessões, em 11.03.2002.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

A senhora Valdair Peres Dias, era casada com Périque Pedro Barella, funcionário da Prefeitura Municipal de Santa Lúcia.

Seu prematuro falecimento, com pouco mais de 40 anos, de forma súbita e inesperada, vítima de infarto do miocárdio, transformou a família e deixou inconsolável um grande número de amigos conquistados pela simpatia e bondade da extinta.

Através deste requerimento, associamo-nos à tristeza dos familiares, manifestando nossa solidariedade, ao mesmo tempo em que prestamos à senhora Valdair o respeito póstumo.

REQUERIMENTO Nº 369

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento da senhora Iracema Ana Limberger, que ocorreu no último dia 08 de março.

Requer ainda, que do presente se dê ciência à família enlutada através de seu filho, Ivo Limberger, por meio de correspondência a ser encaminhada à Rua Dom João VI, 663, CEP: 85960-000, Marechal Cândido Rondon - PR.

Sala das Sessões, em 11.03.2002.

(a) ADEMIR BIER

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 99/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadã Honorária à doutora Ana Primavesi, nos termos da Lei nº 13.115, de 14 de fevereiro de 2001.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor no ato de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.03.2002.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Apoioamento:

Ângelo Vanhoni

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela visa conceder o título de Cidadã Honorária à doutora Ana Maria Primavesi. A pretendida honraria se justifica em face aos relevantes trabalhos que a doutora tem desenvolvido em prol do avanço da pesquisa científica na agricultura.

A homenageada preenche os requisitos exigidos pela Lei nº 13115/2001, bem como, o Partido dos Trabalhadores está apto a propor tal honraria, uma vez que pode propor até quatro homenagens por legislatura, sendo que não propôs nenhuma até o presente momento.

Segue abaixo informações curriculares da doutora, que atestam o relevante trabalho que a mesma vem prestando à agricultura e à ciência.

Ana Maria Primavesi, engenheira agrônoma, doutora em Ciências Agrárias pela Universidade Rural de Viena, professora em Manejo de Solo e Nutrição Vegetal na Universidade Federal de Santa Maria/RS. Atualmente, está aposentada, é pequena agricultora em Itai, e é pesquisadora da Fundação Mokiti Okada.

Trabalhou durante 50 anos em controle de estrutura do solo e sua influência sobre a nutrição equilibrada das plantas de cultura. Tem 81 trabalhos científicos inéditos publicados em revistas nacionais e internacionais.

Co-autora com o professor Artur Primavesi, de dois livros: Biocenose do Solo (1964 - Globo Porto

Alegre) e Deficiências Minerais em Culturas (1965, Palotti, Santa Maria), e co-autora de seis livros técnicos: A Produtividade de Pastagens Nativas (1969 - Secretaria de Agricultura de Porto Alegre); Manejo Ecológico do Solo (1980 - Nobel, São Paulo) traduzido p/ Espanhol e editado em 1985 pela 1ª vez por Elateneo em Buenos Aires; Manejo Ecológico das Pastagens (1982 - Nobel, São Paulo); e Agroecologia (1998, Nobel - São Paulo). Publicou 370 artigos técnicos em revistas brasileiras, latino americanas e européias com ILEIA, na Holanda ou Gesunder Boden (na Alemanha).

Cursos e palestras: nos últimos 15 anos ministrou mais de 400 cursos e palestras em todo o Brasil e América Latina em Universidades, Congressos brasileiros e argentinos, cooperativas, Assembléias Legislativas (de RG, e de Brasília), ONG'S como LICA (Colômbia), EARTH (Costa Rica), IDEAS (Peru), CEC-TEX (Paraguai), PTA (Brasil, etc, e órgãos governamentais como Acarpa, Cati, Embrapa, Emater, Ibama, Seplan, Sudene dentre outros.

Professora visitante: Universidade de Madrid e Universidade Ecológica de São José da Costa Rica.

Convidada em 1983 pelo governo do território federal de Fernando de Noronha (atualmente pelo Estado de Pernambuco) para participar na elaboração do projeto de desenvolvimento rural da ilha.

Membro da Sociedade Brasileira de Ciência do Solo, de Ifoam onde era coordenadora para a Amazônia nos biênio 1992-1994, de Maela (Movimento Agroecológico da América Latina) onde é membro-fundador e membro benemérito, da AAO onde é membro fundador honorífico e onde foi o primeiro técnico. Membro da Associação Brasileira de Autores.

Prêmios: ganhou 14 prêmios e condecorações e dentre outros a medalha de mérito em ouro da Universidade Federal de Santa Maria, indicada para o prêmio BOIIESE, pelo Projeto Rondon. Indicada para o Prêmio Ecologia, pela Câmara Federal dos Deputados, Prêmio de Mérito Agrônomo de 1987 pela Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomo do Brasil, medalha "Hugh Bennet" da Federação das Associações Engenheiro Agrônomo da Argentina, Prêmio "Jabuti" de Jornalismo Agrícola, Membro Benemérito do Rotary Club e outros.

Recebeu o nome de Ana Primavesi a cadeira de Agroecologia na Universidade Cubana de "Ciego de Ávila" (1998), o prêmio anual de MAELA (desde 1998).

Paraninfa de 11 turmas de formandos em Agronomia, Zootecnia e Ciências Florestais, nas Universidades de Brasília, Rio de Janeiro, Curitiba, Bandeirantes, Espírito Santo do Pinhal, Lavras e Rio Branco.

Filme: escreveu e dirigiu a confecção do primeiro filme técnico em desenhos animados do Brasil sobre a "vida do solo", registrado no "International Board" de Genebra.

Colaboradora no Guia Rural da Editora Abril e da Revista da Maela "Hoja A Hoja", enquanto eram edita-

das, colaboradora da editora Nobel; da revista Agroecologia; da revista Leisa editado pela Ilea, Holanda; Acaecer, Argentina, Boletim Programa Social Agropecuário (Argentina); Macla e o governo estadual de Misiones (Argentina) publicaram números especiais de seus boletins em homenagem a Ana Primavesi.

Técnicas: modificou e melhorou a análise visual da estrutura do solo para determinar o Estado de decadência e indicar os métodos de recuperação do solo e adaptou-o para uso em regiões tropicais. Desenvolveu a análise radicular das plantas para a determinação de problemas culturais ou erros de plantio e cultivo.

Introduziu e desenvolveu a fotografia Kirian para análise do campo magnético das plantas a fim de poder determinar sua saúde e estado nutricional (seu valor biológico) bem como suas deficiências minerais e susceptibilidade a pragas e doenças.

PROJETO DE LEI Nº 100/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, no âmbito de sua jurisdição, a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, do município de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 81.271.447/0001-05, com sede à Rua Presidente Getúlio Vargas, 225, centro, Nova Prata do Iguaçu-PR.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.2002.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

Nossa iniciativa justifica-se na medida em que a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Nova Prata do Iguaçu, tem se enlevado no trabalho de atendimento ao excepcional daquele município, promovendo, organizando e desenvolvendo brilhantes campanhas e atividades que revertem em benefício das pessoas portadoras de deficiência física ou mental.

A declaração como entidade de Utilidade Pública estadual reveste-se de extrema importância para que mencionada entidade possa usufruir de benefícios externos e não integrantes daqueles repassados por órgãos assistenciais da rede oficial.

Assim sendo, solicitamos a aprovação da presente lei, pelo que, em nome da comunidade apaeana do município de Nova Prata do Iguaçu antecipadamente agradecemos.

PROJETO DE LEI Nº 101/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Aqüicultores de Maripá - Aqüimap, com sede no município de Maripá-PR e foro na cidade de Palotina-PR.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.2002.

(a) ADEMIR BIER

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Aqüicultores de Maripá é uma entidade civil, sem fins lucrativos políticos ou religiosos, de duração indeterminada.

A referida associação é originária do movimento espontâneo dos aqüicultores e tem como objetivos promover ao crescimento e desenvolvimento da aqüicultura, por meio de fomento à produção, assistência técnica e organização da produção, além de comercialização e industrialização da produção, bem como, de todos os insumos inerentes e, ainda, promoção da ascensão econômica dos associados.

Tem como principais atividades prestar assistência técnica aos seus sócios, com orientações específicas da atividade, por meio de técnicos em piscicultura que efetuam visitas às propriedades, fornecendo informações e sanando dúvidas e problemas dos piscicultores e ainda elaborando projetos para a construção de novos tanques para criação de peixes, conforme leis ambientais vigentes.

Além disso, a entidade promove encontros regionais que visam aprimorar os conhecimentos dos produtores, com palestras técnicas sobre a atividade, bem como visitas técnicas nas quais os produtores conhecem fábricas de rações para peixes e propriedades de piscicultores em outras cidades.

A Associação dos Aqüicultores de Maripá mantém e aprimora uma unidade demonstrativa na qual efetua experiências e desenvolve técnicas de produção de peixes e realiza “dia-de-campo” para os produtores.

A entidade também divulga e incentiva o consumo de peixes, com a realização da Festa do Peixe, onde promove concursos culinários, exposição e divulgação do cultivo de peixe, difundindo a importância do peixe como alimento saudável.

Em função dos motivos acima expostos, solicitamos aos nobres pares desta Casa de Leis, seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 102/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comercial, Industrial, Agrícola, de Serviços

e Profissionais de Ibiaporã, com sede e foro na cidade de Ibiaporã.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.03.2002.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Comercial, Industrial, Agrícola, de Serviços Profissionais de Ibiaporã, fundada em 05 de agosto de 1995, sociedade sem fins lucrativos tem por finalidade congregar e orientar as classes produtoras do município, incentivar o espírito de solidariedade entre os agentes econômicos, promover estudos que visem o desenvolvimento da indústria, do comércio, da lavoura e serviços no município e região.

Objetiva também organizar departamentos que prestem serviços aos associados, proporcionando a todos assistência jurídica, administrativa e fiscal, através de seus órgãos competentes, representar e defendê-los perante os poderes legalmente constituídos, promover ações que possibilitem a melhoria do desempenho através de seminários, treinamentos, palestras, missões, feiras e informações.

PROJETO DE LEI Nº 103/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominado Rodovia Prefeito Setembrino Thomazi, o trecho da estrada estadual situado entre o perímetro urbano de Nova Prata do Iguaçu até a barragem da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, divisa com o município de Capitão Leônidas Marques.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.03.2002.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

A presente denominação de rodovia estadual nada mais é do que o reconhecimento do mérito que o senhor Setembrino Thomazi teve, ao longo dos quase 40 anos residindo no município e Nova Prata do Iguaçu e nos quase 50 anos residindo na região Sudoeste do Estado do Paraná.

Como demonstra seu currículo, anexo ao presente projeto de lei, Setembrino Thomazi teve destacada e importante participação na vida pública e, portanto, na criação e no desenvolvimento do município de Nova Prata do Iguaçu, tendo sido eleito prefeito daquele município por duas vezes, havendo cumprido integralmente o primeiro mandato e, infelizmente, logo no primeiro semestre de seu segundo mandato veio a falecer quando, no exercício da função de prefeito, dirigia-se ao

interior do município para vistoriar a execução de serviços de recuperação da malha viária municipal.

Pela sua história revestida de dedicação a Nova Prata do Iguaçu e à região de abrangência, entende este parlamentar ser justa a aprovação do presente projeto de lei, para que seu nome permaneça na memória do povo do Sudoeste do Estado do Paraná.

Assim sendo, conto com a aprovação dos nobres parlamentares desta Casa Legislativa.

PROJETO DE LEI Nº 104/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública estadual, no âmbito de sua jurisdição, o Clube de Idosos Imaculada Conceição - Cidade Sul do município de Dois Vizinhos, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 81.271.264/0001-81, com sede na Rua Mario de Barros, s/nº - Cidade Sul, município de Dois Vizinhos-PR.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.2002.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

JUSTIFICATIVA:

Nossa iniciativa justifica-se na medida em que o Clube de Idosos Imaculada Conceição - Cidade Sul, do município de Dois Vizinhos, tem-se elevado no trabalho de congregar e reunir as pessoas idosas, desenvolvendo atividades ocupacionais e de lazer, realizando visitas de apoio moral e espiritual às pessoas necessitadas, promovendo ainda encontros com outros Clubes de Idosos, contribuindo com isso, para a melhoria da qualidade de vida das pessoas da terceira idade daquele município.

A declaração como entidade de Utilidade Pública estadual reveste-se de extrema importância para que mencionada associação possa usufruir de benefícios externos e não integrantes daqueles repassados por órgãos assistenciais da rede oficial.

Assim sendo, solicitamos a aprovação da presente lei, pelo que, em nome das pessoas idosas daquele município, antecipadamente agradecemos.

PROJETO DE LEI Nº 105/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam reservadas 90% (noventa por cento) das vagas dos cursos regulares de graduação das instituições de ensino superior, do Paraná, há pelo menos 24 (vinte quatro meses).

Art. 2º - O domicílio do candidato será informado no momento da inscrição do vestibular e atingindo o número de aprovados domiciliados fora do Estado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas de cada curso, passarão a ser chamados apenas alunos domiciliados no Estado do Paraná.

Art. 3º - A comprovação de domicílio, mencionado no artigo 1º, será feita no ato da matrícula e havendo dúvida quanto a veracidade das informações, caberá ao reitor ou ao diretor comunicar à autoridade policial competente para a instauração do respectivo inquérito criminal.

Art. 4º - O Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, regulamentará a aplicação desta lei.

Art. 5º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.2002.

(a) ELI GHELLERE

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto foi apresentado, inicialmente, pelo ex-deputado estadual e atual prefeito municipal de Cascavel, Edgar Bueno, que presenciou no sistema de ensino público superior paranaense uma situação paradoxal. Alunos de outros Estados e outros países estão ocupando as vagas das universidades e faculdades mantidas pelo Poder Público Estadual.

Esses alunos depois de formados retornam aos seus lugares de origem, não contribuindo assim para o desenvolvimento do nosso Estado, sendo que os mesmos estudaram em instituições mantidas a partir de impostos recolhidos dos paranaenses, que por sua vez não conseguem vagas para seus filhos, porque já há alguém de fora do Estado ocupando-as. Ou seja, o paranaense que sustenta a universidade ou a faculdade não pode usufruir de seu ensino, por haver nela muitos estudantes de fora do território paranaense.

A título de exemplo, o vestibular/96 da Universidade Estadual de Londrina teve 5.009 alunos provenientes do Estado de São Paulo. Dos alunos aprovados no vestibular e matriculados em 1995 no Curso de Ciências Biológicas da UEL, 35% vieram de São Paulo, enquanto apenas 30% residem em Londrina, a cidade da Universidade. No curso de Medicina Veterinária, no mesmo ano, 33% de paulistas matricularam-se no lugar dos paranaenses. Em Química 33,3% de paulistas e apenas 12,8% da cidade que abriga a Universidade.

Em 1992, na mesma UEL, em toda a área biológica (medicina, odontologia, farmácia, veterinária, etc.) 44,8% dos alunos matriculados vieram do Estado de São Paulo, sobrando apenas 25,5% para os residentes em Londrina e outros 23% para o resto do Estado do Paraná.

São em grande parte alunos que passam no vestibular, formam-se às custas do povo paranaense e depois voltam para produzir riquezas em seu estado ou país de origem, além de impossibilitar o aluno domiciliado no Paraná de estudar nas instituições que ele próprio mantém.

Defendemos o direito do cidadão brasileiro ou até estrangeiro cursar seu 3º grau em qualquer parte do território nacional, desde que a universidade seja federal ou particular. Não é justo que o Paraná pague a conta, já que abriga apenas uma universidade federal, ao passo que o Rio Grande do Sul possui quatro e Minas Gerais sete instituições de ensino superior mantidas pela União.

Esta é uma questão que deve ser levada a sério por esta Casa de Leis, sob pena de usurpamos do verdadeiro cidadão paranaense a oportunidade de cursar uma universidade pública de bom nível.

Sendo assim esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 106/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba, um lote de terreno com 600,00m² (seiscentos metros quadrados) e a edificação nele existente, situado na localidade de Tagaçaba, na cidade de Guaraqueçaba, constituído pelo Lote 5-AI, subdivisão do Lote 5-A, registrado no Livro nº 2, Matrícula nº 7.201, do Cartório de Registro de Imóveis de Antonina.

Parágrafo Único - A doação do imóvel a que se refere o *caput* deste artigo, deverá ficar gravada com cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, devendo o imóvel ser utilizado exclusivamente para a sede da Secretaria Municipal de Educação, não podendo ser dada outra destinação, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimentos.

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.03.2002.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei com o objetivo de destinar imóvel à Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba, para que a mesma possa instalar ali, a Secretaria Municipal de Educação.

Vale salientar que o referido imóvel pertencia, anteriormente à Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba,

que cedeu-o ao governo do Estado, que não está utilizando dessa doação.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 107/2002

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Ribeirão do Pinhal, duas áreas de terras situadas às margens do Rio Laranjinha, constante da transcrição nº 12.333, fls 56, do livro nº 3-Q, com área de 65.840,00m2 (sessenta e cinco mil e oitocentos e quarenta metros quadrados) do Registro de Imóveis da Comarca de Santo Antonio da Platina e da transcrição nº 2.784, fls 134, do Livro 3-C, com área de 84.712,25m2 (oitenta e quatro mil, setecentos e doze metros e vinte e cinco centímetros quadrados), do Registro de Imóveis da Comarca de Ribeirão do Pinhal.

Art. 2º - Os imóveis de que trata o artigo 1º desta lei, serão destinados a uma área de lazer, não podendo ter destinação diversa, sob pena de esta doação tornar-se automaticamente sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias que porventura venham a ser edificadas, ao patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a futuros ressarcimentos, ficando ainda, gravada com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa dar destinação útil a uma área de terras que se encontra abandonada, às margens do Rio Laranjinha e próxima à Rodovia PR-218, que liga as cidades de Ribeirão do Pinhal a Nova Fátima.

A destinação pretendida é de construir uma área de lazer, com múltiplas atividades recreativas, pois a sede do município de Ribeirão do Pinhal está apenas a 9 Kms.

O projeto apresentado corrige a falta de utilização da área e irá proporcionar aos habitantes de Ribeirão do Pinhal e região, um centro recreativo, motivo pelo qual, esperamos merecer o apoio desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No horário do Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados.

“Edital de Notificação nº 157/2002, bem como o Edital de Notificação nº 159 e ainda o nº 158/2002. O gerente de contabilidade e acompanhamento de prestações de conta do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, no uso de suas atribuições legais e regimentais faz saber a todos quantos lerem o presente edital e dele tiverem conhecimento por essa autarquia federal, cita o senhor bancário, quadra 2 a questão de prestação de contas da Secretaria de Educação do Estado do Paraná, referente ao convênio nº 589/95 que tem como responsável o senhor Ramiro Wharhaftig, CPF nº 321770549/15, residente em lugar incerto e não sabido. Sendo o presente para citá-lo nos termos do artigo 3º, bem como 12, da Lei 8443/92, sob a pena de revelia, a instauração de tomadas de contas especial e ainda a inclusão de seu nome no cadastro informativo de débitos não quitados com o setor público federal”.

O que vemos estampados nos jornais é realmente a verdade contra a mentira do governador Jaime Lerner e os seus secretários.

Estou fazendo, senhor presidente, senhores deputados, um requerimento que acredito que a bancada governista nesta Casa e o líder em exercício, deputado Ademar Traiano, vão nos dar a condição.

(Lê):

“REQUERIMENTO

O deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, e no prazo constitucional de informações, seja enviado expediente ao senhor presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, doutor Rafael Iatauro e ao senhor governador do Estado, Jaime Lerner, solicitando os seguintes esclarecimentos:

a) cópia dos Convênios nº 589/95 - PNTE, 198/96 - PCME e 196/96 - PNTE, todos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação;

b) quais as razões pelas quais o responsável pela Pasta, senhor Ramiro Wahrhaftig não procedeu o recolhimento em favor do FNDE no Banco do Brasil - Agência 3602-1, conta corrente 170500-8 das quantias de R\$980.000,00; R\$2.258.965,00; e R\$3.120.000,00 (novecentos e oitenta mil reais; dois milhões, duzentos e cinquenta e oito mil e novecentos e sessenta e cinco reais; e três milhões, cento e vinte mil reais), conforme determinação do Ministério da Educação?

c) Qual a razão da expedição dos Editais de Notificação nºs 157/20002; 158/2002 e 159/2002 de 28 de fevereiro de 2002, emitido pelo FNDE - MEC em que aparece como notificado o senhor Ramiro Wahrhaftig, por “ser residente em lugar incerto e não sabido” (sic).?

Sala das Sessões, em 11.03.2002.

(a) LUIZ CARLOS ZUK”

Tenho certeza, senhor presidente, senhores deputados, o secretário se encontra no exercício da função de secretário de estado e que, alguma coisa está por trás

disso, qual não seja a razão pela qual possa a verdade ser esclarecida.

Tenho certeza que esta Casa não irá faltar com o compromisso com o povo do Paraná para saber qual é o lugar incerto e não sabido em que se encontra o ilustre secretário.

Era o que tínhamos neste instante, para fazermos com que a verdade seja restabelecida.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Segundo orador inscrito, Eli Ghellere.

O SR. ELI GHELLERE

Senhor presidente, senhora e senhores deputados.

O motivo que me traz, nesta tarde, à tribuna desta Casa de Leis, é uma denúncia que recebo, através de um abaixo-assinado, de vários usuários da Telepar Brasil Telecom.

Sabemos que esse serviço público de telefonia, até bem pouco tempo atrás, era feito por uma empresa pública, que era a nossa Telepar, de orgulho de todos nós paranaenses. Depois de privatizada a Telepar, essa empresa que assumiu às vezes da empresa pública, vem inovando bastante no serviço de telefonia. Então, todos nós que somos usuários, se pegarmos nossa conta telefônica de dois, três anos atrás, vamos ver que teve um aumento substancial no custo da telefonia.

Mas, o caso mais grave é o que está ocorrendo em quase 80% dos municípios paranaenses. Trago hoje, em particular, o que está ocorrendo no município de São Miguel do Iguaçu, que tem vinte e dois mil habitantes e consta hoje, nas planilhas da Telepar, cinco prefixos diferentes para DDD. Temos o distrito de Aurora do Iguaçu, de São Jorge do Iguaçu, Guanabara, da Linha Ipiranga e Sede. Todos esse distritos, todas essas localidades, para se ligarem entre si ou para usarem o telefone para ligar à sede do município, têm que pagar uma tarifa de interurbano.

Então, levei essa denúncia até o Procon, recebi uma atenção especial, é bom que se diga isso, do coordenador do Procon no Paraná, senhor Naim Ackel; levei essa denúncia até a Telepar Brasil Telecom, falei pessoalmente com o Sr. Leôncio, que é o diretor no Paraná; também fui até a Anatel, onde ficou protocolada essa denúncia. Como não obtivemos êxito na esfera administrativa, na última quarta-feira, estive pessoalmente em Foz do Iguaçu, na Procuradoria Geral da República, onde fui recebido pelo procurador, doutor Alexandre, onde oficialmente o deputado Eli Ghellere denuncia a Telepar Brasil Telecom e também a Anatel sobre a cobrança de tarifa interurbana dentro do próprio município.

É bom noticiar que esta Casa de Leis, na semana passada, aprovou um requerimento para que mandássemos Expediente a toda bancada paranaense no Congresso Nacional, para que atualize a nossa legislação, para que proíba de vez essa cobrança. Faço um pedido pessoal ao

meu companheiro, ex-colega de escola, Ricardo Barros, para que dê uma atenção especial a essa questão da telefonia e para que a bancada paranaense entre com um projeto de lei proibindo de vez, se houver algum espaço na legislação, o uso, a cobrança de tarifas interurbanas dentro do próprio município.

Então, é essa a denúncia que trago a esta Casa, um comunicado, de que já está protocolado na Procuradoria Geral da República e o Ministério Público Federal, com certeza, tomará as providências.

Obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não tendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, nem no Grande Expediente, passa-se ao Horário das Lideranças.

PL, PSC, PFL, PPS, PDT, palavra ao deputado Neivo Beraldin.

Antes, porém, queremos registrar a presença dos ilustres deputados federais, Ricardo Barros e José Janene, que estão cumprimentando os senhores deputados aqui no plenário. Sejam bem-vindos!

O deputado Ricardo Barros, está muito bem acompanhado da sua esposa, senhora Cida. Seja bem-vinda!

O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente, é oportuno falar no momento que o líder do governo se encontra em visita a esta Casa, deputado federal Ricardo Barros.

Ocorre que nas grandes metrópoles brasileiras, o governo investiu no transporte de massa por trem.

Assim é: Belo Horizonte, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

Ocorre também, que do outro lado, a Prefeitura de Curitiba deseja buscar oitenta milhões de reais do Ministério dos Transportes para relocar esses trilhos da área que se vê e se justifica aonde se poderia, com clareza, técnica e economicamente, resolver o problema do transporte de massa de Curitiba e da região metropolitana.

Mas, ocupo a tribuna, apenas para, em poucas palavras, ler uma carta que recebi do Governo do Rio Grande do Sul, onde mostra a experiência com aeromóvel em Porto Alegre, o mesmo que o Cássio com a Prefeitura de Curitiba deseja fazer aqui.

Então vejam a sinopse da carta:

“Era responsável pela implantação do aeromóvel, o engenheiro Luiz Fernando Küster. Existia um consórcio entre a Prefeitura e o Governo do Estado e uma empresa de elevadores Sur. Com grande marketing foi lançado o fracassado projeto na década de 80. Foi investido grande qualidade de dólares para implantação do primeiro quilômetro, apresentação do aeromóvel andando naquele pequeno espaço. Indo e voltando. Isso aconteceu vários dias.

Em 1982 foi criada uma comissão de alto nível, para o estudo e principalmente, para estudo dos custos/benefícios do projeto.

A conclusão foi desastrosa. Para amortização do capital investido, a tarifa a ser cobrada era maior do que a passagem de avião e o governo tinha que subsidiar a diferença. A partir da década de 80, o governo adotou o comboio de superfície.

Mais econômico, tarifa quase zero e o aeromóvel serve hoje, para que os turistas contemplem aquele quilômetro de obra faraônica, feita em Porto Alegre.”

Que é na verdade, o que pretende a Prefeitura de Curitiba; Fazer treze quilômetros inicialmente, que sai da BR-116 e que viria até o centro da cidade, contemplando 20.000 passageiros/dia, esquecendo de todo o sistema de transporte dos bairros de Curitiba, sobretudo esquecendo a região metropolitana.

Volto à tribuna, para reafirmar a importância de que se observe o que fizeram os outros Estados brasileiros, outras metrópoles brasileiras, para resolver o problema do transporte coletivo.

E cito mais uma vez já que estão aqui hoje, a Cida Alborghetti e o deputado de Maringá, Ricardo Barros. Por exemplo: Maringá poderia passar por Sarandi, Cianorte, Londrina, Cambé. Toda aquela região, poderia ter um transporte muito mais barato se colocarmos o transporte elétrico sobre trilhos.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Horário das Lideranças: o PT, PPB, PMDB.
Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados.

Sem sombra de dúvida, a semana passada foi das mais produtivas, em termos de assuntos envolvendo a nossa política nacional e, evidentemente, com repercussões a nível de cada um dos nossos Estados.

Na segunda-feira, todos comentavam a decisão do PMDB que, em convenção extraordinária, havia adotado algumas medidas que atendiam as aspirações e as reivindicações do grupo que pretende ter candidato próprio à Presidência da República. Na terça-feira foi a vez do TSE confirmar a verticalização das coligações partidárias. Na quinta-feira, foi a vez do PFL anunciar o rompimento com o Governo Federal. Na sexta-feira, mais uma vez, o PMDB, em convenção também extraordinária, decidiu anular tudo aquilo que já tinha sido decidido anteriormente com respeito às prévias, com referência à candidatura própria, transferindo tudo para a convenção do mês de junho.

E nesta semana de muita turbulência, muitos ajustes e desajustes políticos eleitorais partidários, surgiu no cenário nacional, com todo o vigor, a denúncia acerca dos problemas ligados à família Roseana Sarney, especificamente sobre a sua empresa e de seu marido. Mas o que tem a ver isso, se é um assunto lá do Maranhão, se é um assunto do PFL, o que tem o Pessuti de interesse em comentar esse tema na Assembleia Legislativa?

No final de semana a revista Veja, em matéria de capa, e a revista Época também em matéria de capa, procuraram realmente esmiuçar toda essa questão, e aí vem no interesse que me traz à tribuna.

Diz aqui: “Lunus, empresa de Roseana Sarney em sociedade com Murad; ela tem 82,5%, ele 17,27% e outro sócio, o Severino, 0,23%. A Grima, fundada em 1993 pela Lunus e por Expedito Leite de Souza, em 1994 foi comprada pelo grupo paranaense Lauro Luís Leoni Viana. O Ministério Público suspeita que a Lunus seja a verdadeira dona da Grima e que esse Lauro Luís Leoni Viana possa ser apenas o “testa de ferro”. Aí, vai mais adiante. Nova Holanda é do mesmo Grupo de Lauro Luís Leoni Vieira, com sede em Balsas no Sul do Maranhão. Em 1994, a Grima virou sócia majoritária da Nova Holanda. A Nova Holanda é acusada de desviar parte dos 32 milhões e quinhentos mil que recebeu da Sudam. Usimar, projeto de 1 bilhão e 380 milhões para a produção de auto peças em São Luís, desviou 44 milhões e 200 mil da Sudam, Murad defendeu a liberação das verbas, aprovada em reunião da Sudam presidida em 1999 pela Roseana.”

Vocês se lembram que na questão Usimar já foi denunciado aqui os investimentos que a Copel fez. Eu fiz a leitura desta sinopse, porque o que mais nos causa preocupação e apreensão é o seguinte, - e que aí eu acho que a Assembleia Legislativa, através da Presidência, através da Liderança do Governo ou através de um requerimento aprovado por esta Casa, vai ter que tomar as providências, porque eu li para vocês aqui o seguinte: a Grima, que está envolvida em toda essa corrupção, é do paranaense Lauro Luís Leoni Viana; a Nova Holanda é do grupo Lauro Luís Leoni Viana. Essas empresas receberam dinheiro, de quem?

Da Copel! Da Copel! A própria Copel, em nota esclarecedora, diz: “entre os projetos considerados aptos ao recebimento de recursos incentivos fiscais, a Copel optou por destinar créditos ao projeto Agropecuário Nova Holanda no Maranhão, à Usina Hidrelétrica de Lajeado no Tocantins e ao projeto industrial Tenusa, no Mato Grosso”.

Então, a Copel mesmo, em nota publicada, está dizendo que colocou dinheiro na Nova Holanda. Bom! E a Nova Holanda, eu repito, é de quem? É do Lauro Luís Leoni Viana! É irmão de quem? É irmão do diretor de Relações Institucionais e engenheiro Luís Fernando Leoni Viana, que também acumula as funções de superintendente de Geração da Copel.

É um pouco estranho, não é? Que a Copel não invista aqui no Paraná e que invista lá em Balsas, no Maranhão, e que escolha lá justamente a empresa do irmão do diretor de Relações Institucionais...

Com a palavra a Copel, com a palavra o governador Jaime Lerner, com a palavra a Liderança do Governo aqui na Assembleia, com a palavra o líder do PFL, deputado Plauto, para esclarecer essa coisa bastante interessante que é a relação entre Copel e família Leoni Viana aqui na Copel e lá em Balsa.

Concedo a palavra, em aparte, ao deputado Nereu Moura.

O Sr. Nereu Moura

Só para entender, deputado Pessuti, o diretor de Operações Internacionais da Copel é irmão do proprietário da Nova Holanda?

O SR. ORLANDO PESSUTI

O diretor de Relações Institucionais da Copel, engenheiro Luís Fernando Leoni Viana, segundo informações que temos, é irmão do Lauro Luiz Leoni Viana, que é dono da Grima e da Nova Holanda, que recebeu os investimentos da Copel.

O Sr. Nereu Moura

Aí começa a pegar o fio da meada. Por que o governo Lerner não investe na agricultura do Paraná e investe na agricultura do Maranhão, 47 milhões de reais, dinheiro desviado dos cofres públicos do Paraná? O deputado Vanhoni apresentou um requerimento aqui na Casa, semana passada e deve ser votado hoje, um requerimento interessante e que nós queremos saber a resposta disso tudo, deputado Orlando Pessuti, porque eu fiquei pensando que o Paraná, pelo menos desta vez, não estaria envolvido em um escândalo nacional, mas, quando a notícia começou a ser melhor compreendida, nós já observamos e tomamos consciência que o Paraná, infelizmente, também está envolvido em mais esse escândalo a nível nacional.

Então, quero parabenizá-lo pelos dados que V. Exa. traz. São gravíssimos, são extremamente graves, porque têm repercussão hoje na política brasileira. E nós da Assembléia Legislativa precisamos, efetivamente, estudar com muito cuidado, para que possamos dar uma resposta ao povo do Paraná.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, eu me permito utilizar o Horário das Oposições para poder atender o pedido de aparte que me faz o deputado Ângelo Vanhoni. Mas, antes, deputado Ângelo Vanhoni, até para que V. Exa. possa também nos dar mais elementos sobre isso, eu me lembro que em uma Sessão secreta que tivemos aqui na Assembléia, V. Exa. muito indagou acerca de algumas operações que o Governo do Paraná, através da Banestado Leasing, havia feito também com alguns empresários, se não me falha a memória, das Alagoas. E, naquela oportunidade, ficou evidenciado que também o Governo estava lesando os interesses do Paraná para, em um ato de corrupção, em um ato de malversação do dinheiro público, beneficiar pessoas de fora deste Estado.

Então, agradeço o aparte do deputado Nereu, e concedo um aparte ao deputado Ângelo Vanhoni.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Em primeiro lugar, quero fazer-lhe uma pergunta, porque V. Exa. trouxe aí uma vinculação do empréstimo, do investimento feito pela Copel, no caso da Nova Holanda, desse investimento agrícola lá no Estado do Tocantins, se não me engano, ou do Maranhão, um desses dois Estados. E o sócio proprietário da Nova Holanda, eu desconhecía, tem parentesco com um diretor da empresa Copel, que foi agora no aparte do deputado Nereu Moura, confirmado. Eu só gostaria de saber o seguinte, depois o senhor me responde: isso está também nessa publicação da revista Época e da revista Veja, esses dados que V. Exa. acabou de trazer para a Assembléia?

O SR. ORLANDO PESSUTI

Perfeitamente.

O Sr. Ângelo Vanhoni

V. Exa., por uma coincidência, fez uma alusão ao Banestado Leasing; o meu comentário era nesse caminho, o Banestado Leasing não é Alagoas. O Banestado Leasing, o ex-governador, estiveram aqui e conversaram com o próprio governador Jaime Lerner, na época, pelo menos as informações que correm, não que o governador Jaime Lerner tenha alguma coisa a ver com a Banestado Leasing, eu acho que tem a ver porque deveria responder do ponto de vista da sua responsabilidade como governador, porque foi alertado, ele sabia o que estava acontecendo, depois permitiu que continuasse a acontecer mais ainda.

Mas, o caso do Banco do Estado muito se fala na Sudam, que o roubo da Sudam chega a ser dois bilhões e trezentos milhões de reais. E daí o Governo Federal, o Ministério Público Federal do País inteiro já levou para a cadeia um ex-presidente do Congresso Nacional, o ex-senador Jader Barbalho. E agora a Polícia Federal e a Justiça Federal, em função desse caso da Sudam, acaba de trazer a público o envolvimento de uma governadora do Estado do Maranhão, filha de um ex-presidente e atual senador, José Sarney, e candidata à Presidência da República pelo PFL no nosso País, até semana passada com 24% das intenções de voto.

É preciso lembrar que o Banco do Estado do Paraná, do qual uma diretora do Banco Central, numa audiência pública realizada pela Comissão de Finanças do Senado Federal, chegou a considerar que o que aconteceu no Banco do Estado do Paraná, ela, com essa expressão, caracterizou que no Paraná, no Banestado, uma quadrilha teria se instalado. O rombo do Banestado para os contribuintes paranaenses não é igual o da Sudam. É duas vezes o da Sudam! São 5 bilhões e 600 milhões de reais.

Então, V. Exa. tem toda a razão em trazer essa discussão para a Assembléia e eu tenho pedido, um requerimento que fiz na semana passada, porque para os agricultores e para os paranaenses importa saber como que a Copel tem direcionado, como que tem investido os créditos tributários que tem em empreendimentos agríco-

las, se os paranaenses têm recebido o mesmo carinho que a agricultura do Maranhão, e se outros Estados do Brasil possam, porventura, estar recebendo por parte da empresa.

Então, gostaríamos que a Bancada da Situação apoiasse esse requerimento para que possamos dirimir as dúvidas a respeito da Copel nesses investimentos.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Agradeço o aparte do deputado Ângelo Vanhoni.

Gostaria muito, realmente que a Copel respondesse, que o governo do Estado respondesse porque todas as informações que nós temos recebido, por onde temos andado no interior do estado, nos dão conta de que o governo do Estado não estaria, através da Copel, investindo mais naquele programa de eletrificação rural. O governo Jaime Lerner mudou o clic rural para luz no campo e a informação que nós temos hoje é que centenas e milhares de agricultores aguardam para que a Copel os atenda com eletrificação rural e ele não estaria atendendo.

Então, aí é muito mais grave, porque a Copel deixa de apoiar os agricultores do Paraná, deixa de investir na eletrificação rural e vai desenvolver, como está desenvolvendo lá no Mato Grosso, lá no Tocantins, lá no Maranhão, projetos com recursos do povo do Paraná. Investe na agricultura, investe na geração de energia e aqui, sequer apóia a instalação do clic rural, da luz do campo, ou seja, da energia para o agricultor no meio rural.

Fiquei realmente estarecido com tudo que li, e ainda não li tudo, na revista Época e na revista Veja, porque aquilo que traz a revista Época - por dentro dos envelopes, os bilhetes, as notinhas que tem ali, é de realmente cair o queixo. E quando a gente foi verificar que a Nova Holanda e Agrima são do senhor Lauro Luís Leone Vianna que é irmão do Luiz Fernando Leone Vianna, se não me falha a memória, filhos do ex-prefeito de Foz do Iguaçu, Clóvis Vianna, não tenho bem certeza disto, mas me parece que é por aí, o diretor da Copel pegando investimentos da Copel, mandando lá para o Maranhão, justamente, mas por mera coincidência, para as empresas do irmão.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

Fiquei impressionado outro dia, com a leitura do deputado Ângelo Vanhoni e o que me chamou a atenção, deputado Pessuti do Clic Rural, concordo com V. Exa. que começou na época do governador Álvaro Dias, depois veio para o senador Roberto Requião, e V. Exa lembra que foi uma felicidade no Paraná, o nosso agricultor recebendo o Clic Rural na área rural do Estado do Paraná.

Aí, eu saí daqui no final de semana, peguei a folha de São Paulo, comecei analisar as matérias e fiquei me perguntando hoje, como é que um escritório de Curitiba pega bilhões de reais para instalar uma fábrica de peças para carros no Maranhão sendo que no Maranhão não tem fábrica de carros? A fábrica de carros mais próxima do Maranhão é em São Paulo! Eu quero saber o que é que um homem que mora no Paraná, mora numa mansão astronômica, tem jaguar na sua garagem, tem carros importados, eu vi o Jornal Nacional de sábado e fiquei de boca aberta, eu falei: meu Deus do céu, como é que pode um homem do Paraná conseguir bilhões de reais para instalar uma fábrica de parafusos no Maranhão, uma fábrica de carburador, fábrica de carros, se a fábrica de carros mais próxima é o Estado de São Paulo? O que está acontecendo?

Vejo o deputado Ângelo, eu, V. Exa. eu debato isso, todos nós ficamos debatendo e não acontece nada, ninguém vai para a cadeia! Eu confesso, deputado, por que então, não pegou esse dinheiro e aplicou aqui no Estado do Paraná? Quantas pequenas empresas. V. Exa. tem debatido isso na tribuna desde que eu me conheço por deputado, eu era vereador em Londrina, V. Exa. já ocupava um mandato parlamentar, quantas vezes o senhor defendia a pequena empresa! Na campanha política para prefeito, deputado Ângelo Vanhoni lançou um projeto do Banco do Povo para ajudar o pequeno empresário, o microempresário, agora um cidadão daqui consegue bilhões! Já o negócio das rãs lá, que a mulher não sei de quem lá pegou bilhões para construir um ranário lá, que foram lá examinar não tinha rã nenhuma, tinha uma piscina vazia!

Agora, pelo amor de Deus! Que a nossa voz fique aqui nessa parede de concreto, mas é um desabafo. A cada dia que passa você só vê escândalo, escândalo, e ninguém resolve nada neste país!

Parabenizo V. Exa.. O Clic Rural começou na época do Álvaro, depois o senador Roberto Requião continuou colocando ele em prática, a felicidade em geral no Estado do Paraná, era na região do Vale do Ivaí, no Noroeste, Norte Velho, no Norte Novo. Então, por que não chegar aqui?

Essa é minha pergunta, desculpe o desabafo, mas tem tanta coisa por se fazer e lamentavelmente estão fazendo no Maranhão.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Deputado Alborghetti, estranha-me porque era uma fábrica de autopeças no valor de 1 bilhão, 380 milhões, uma fábrica nesse valor é quase 2 Renault, então tem alguma coisa esquisita nesse processo!

Gostaria também de solicitar ao deputado Alborghetti que nos ajudasse, junto à Bancada da Situação, aprovar este requerimento para pedir essas informações junto à Copel.

Muito obrigado!

O SR. ORLANDO PESSUTI

Agradeço a V. Exa., agradeço ao presidente, mas é um assunto que realmente nós tínhamos que ir adiante, eu entendo que quando a gente pede para investigarmos tudo aquilo que vem acontecendo na Copel, senhor presidente, alienação das ações da Copel, a criação de empresas para comercialização de energia, essas parcerias todas que a Copel fez, quando a gente faz isso e pede isso aqui na Assembléia, não é uma questão de estarmos retalhando o governo, é uma questão de estarmos defendendo os interesses do Paraná, porque, também segundo os comentários, eu não sei bem o nome dessa pessoa mas os jornais já publicaram, parece que muito mais terrível do que às relações com a família Leoni Viana, é o relacionamento da família Roseana Sarney e Jorge Murah com um outro empresário aqui do Paraná, que tem um nome parecido com o do Ingo Hübner, não sei o nome certo dele. Não é Ingo, mas é um nome parecido com o seu.

Parece que por ali a coisa é muito mais terrível do que a própria família Leoni Viana.

A Assembléia deveria, sim, constituir aqui um momento especial para nós verificarmos isso, porque o clic rural, por exemplo, no Paraná desapareceu, não adiantou nada o esforço do Ney Braga, do José Richa do João Elísio, do Álvaro Dias, do Requião, para que acontecesse como aconteceu. O Jaime Lerner começou bem levando adiante luz no campo, mas há bastante tempo que os produtores não conseguem mais levar a energia à sua propriedade com equivalência.

É hora de nós vermos realmente como é que está funcionando a Copel, como é que está funcionando lá dentro, como é o comportamento de alguns diretores em benefício das suas famílias.

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Horário das Lideranças, PFL, PSDB, PTB.

Liderança do Governo, com a palavra o deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente e senhores deputados.

É com satisfação que ocupo a tribuna neste momento para fazer alguns esclarecimentos e principalmente, trazer a verdade e a luz sobre um investimento feito pela Companhia Paranaense de Energia Elétrica - Copel, nesse projeto Nova Holanda. Muito se falou, muito se discutiu, muito se acusou, mas nós precisamos, a bem da verdade e por respeito à verdade, fazer algumas colocações.

Em primeiro lugar, a Copel e as empresas têm de pagar diretamente ao imposto de renda, de aplicar esses recursos em projetos aprovados e respaldados pela Lei nº 8.167 de 16 de janeiro de 1991, que altera, e a legislação do imposto sobre renda relativa a incentivos fiscais, estabelece novas condições operacionais dos fundos de investimentos regionais e dá outras providências.

Pois bem, quando a Copel resolve aplicar nesse projeto ou em outros projetos que ela normalmente aplica, ela não está deliberando somente sobre um recurso seu, porque este recurso não mais lhe pertence, deputado Fernando Ribas Carli, já é um tributo devido à União! O imposto de renda já é devido.

Esta Lei nº 8.167 apenas faculta, ao invés da Copel recolher diretamente o imposto de renda para a União, ela pode buscando lucros para a própria empresa. Buscando rentabilizar aquilo que seria pago como imposto de renda, ela pode buscar investimentos em fundos. Esses investimentos são fixados, são os fundos de investimentos regionais.

O Finor, que é o Fundo de Investimento do Nordeste e o Fundo de Investimento da Amazônia.

Os nossos legisladores federais, não fizeram fundos para que as empresas paranaenses ou a Copel, pudessem deduzir do imposto de renda e aplicar em empresas paranaenses ou em projetos realizados no Estado do Paraná.

As pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real podem optar pela aplicação de parte do imposto de Renda devido, nos fundos de investimentos regionais destinados anualmente ao fundo ou periodicamente com destinação específica para projetos aprovados pela Sudam. Não são projetos aprovados por organismos do Estado do Paraná. “A aplicadora do incentivo fiscal, quando destina seus incentivos para projetos específicos, através de recolhimento em documentos aprovados pela Secretaria da Receita Federal, objetiva destinar seus recursos e empreendimentos que darão retornos futuros à empresa, no caso, a Copel.

Ao invés de simplesmente pagar o imposto de renda e não ter nenhuma capacidade ou rentabilidade em função disso, porque estaria pagando o “Leão” e automaticamente esses recursos não voltariam mais, ela vislumbra oportunidade de aplicar em projetos aprovados pela Sudam e ter parceria e acompanhamento desses projetos.

Pois bem. De 96 a 99 a Copel destinou recursos na totalidade, para Nova Holanda - Agropecuária S/A, após os técnicos da Copel terem avaliado o projeto e concluírem que o mesmo se encontrava em plena execução com todas as inspeções elaboradas pela Sudam e o único na época, com capacidade legal de absorver a destinação. A partir de 99, com a opção de investir em usinas, visto que a Usina de Lageado que está sendo construída em Tocantins, foi aprovada pela Sudam, a Copel destinou dez milhões dos incentivos fiscais ao projeto de Usina de Lageado.

Em 2000, aproveitando o saldo residual a ser destinado, a Copel optou pelo projeto paranaense Tenusa-Tecnologia e Nutrição, empreendimento que está em avançado estágio de conclusão e esses recursos por parte do governo federal, ainda não foram liberados. Portanto, a Copel, ao destinar, conforme a lei, seus incentivos fiscais a projetos específicos, além de obter participação

acionária, acompanha cada empreendimento periodicamente, visando dividendos, ou seja, visando obter lucros.

Concedo aparte ao deputado Fernando Ribas Carli.

O Sr. Fernando Ribas Carli

Agradeço a oportunidade, deputado Durval Amaral.

Quero parabenizar o ilustre líder do governo, quando traz esclarecimentos a esta Casa, porque nós não podemos continuar fazendo com que uma empresa da envergadura da Copel, sofra qualquer abalo na sua credibilidade.

Veja o senhor, eu tive a oportunidade, através da imprensa, de ter conhecimento que os recursos que foram aplicados pela Copel no projeto Nova Holanda, eram recursos destinados a fundos de Investimento da Amazônia ou do Nordeste com amparo legal. Todos nós sabemos que existem esses fundos e que as empresas destinam parte do Imposto de Renda que deve ser pago pelo governo federal; eles podem destinar e escolher o seu investimento. A grande verdade é que a Copel aplicou na Nova Holanda.

Agora, deputado Durval, imagine o senhor se a Copel tivesse, por exemplo, aplicado seus recursos no ranário do Jader Barbalho. Imaginem! O ranário também tinha os incentivos fiscais. Agora, como uma empresa, de porte da Copel, tem conhecimento dos Fundos e quem são as empresas. Está muito claro na lei que diz que é a Receita Federal que fiscaliza, que são órgãos federais que fiscalizam.

Qualquer um de nós seria passível de aplicar recursos nossos, se nos fosse dada essa possibilidade de aplicar parte do nosso Imposto a pagar em uma empresa. Agora, quem fiscaliza? É o governo federal.

Então, a grande verdade é que a Copel, em nenhum momento, pode ser penalizada. Certamente ela avaliou qual era a empresa ou qual era o Fundo que lhe daria maior rentabilidade, tendo em vista que não foram tirados recursos do povo paranaense.

Tem que ficar muito claro, deputado! Essa história de que tiraram recursos do povo paranaense, recursos da agricultura do Paraná para aplicar na agricultura lá da Amazônia, não! Não é verdade! Esses recursos pertencem à Receita Federal. São do Governo Federal. É um benefício que o governo federal faz para que sejam aplicados recursos num Estado ou numa região que precisa desenvolvimento.

Quero lhe parabenizar pelos esclarecimentos e dizer que não pode mais a Copel, por ter aplicado recursos que lhe são facultados pela lei, vir a ser penalizada.

Muito obrigado.

O SR. DURVAL AMARAL

Concedo o aparte ao deputado Plauto Miró.

O Sr. Plauto Miró Guimarães

Ilustre deputado, ouço com atenção suas colocações e quero aqui colocar que a forma como o Governo Federal fez, através de uma lei que o Congresso Nacional aprovou, que possibilita que as empresas utilizem o seu Imposto de Renda a pagar para destinar para projetos.

E, no caso da Copel, aqui o senhor coloca, ela utilizou uma parcela do seu Imposto de Renda a recolher para o Governo Federal, num projeto através da Sudam lá no Maranhão, projeto que se chama Nova Holanda. Um projeto onde tem pessoas vizinhas ali da cidade de Ponta Grossa, de Carambeí, de Tibagi, que fazem parte desse projeto. São holandeses que saíram daqui do Sul para abrir áreas lá no Maranhão e utilizar - através de um projeto que apresentara, na Sudam, recursos destinados pela Copel e outras empresas, para que lá pudessem abrir as suas áreas.

Conheço o lugar onde eles plantam. É uma tecnologia de ponta que é utilizada nessa área lá no Maranhão, os recursos foram aplicados. Eu vi, pessoalmente, o que lá foi feito e estão produzindo, algodão, soja, feijão, arroz para o nosso País, abastecendo o Nordeste. Uma grande área de produção naquela região do Maranhão. Como conheço outras áreas também no Piauí, também no Maranhão que não utilizaram recursos da Sudam e da Sudene.

Conheço pontagrossenses, conheço pessoas de Carambeí, também, que estão em outra área explorando a atividade agrícola com recursos próprios. Então o que eu posso dizer: a Copel aplicou bem seus recursos. Porque esse projeto da Nova Holanda, senhores deputados, está acontecendo. É uma realidade e eu acredito que quem tem dúvida que vá lá ver a tecnologia de ponta que lá é usada, o que se produz naquela área.

Agora está tendo, aí, um processo atrás de tudo isso, uma questão relacionada à eleição deste ano, onde estão tentando fazer com que aí esteja um envolvimento maior.

Agora as investigações que estão acontecendo e têm que acontecer através do Ministério Público, vão lá no final esclarecer a questão da Nova Holanda. Conheço, vi e sei o que está sendo feito lá.

Obrigado.

O SR. DURVAL AMARAL

Com aparte o deputado Ângelo Vanhoni.

O Sr. Ângelo Vanhoni

Não quero contradizer nem as palavras do deputado Plauto e nem as palavras do deputado Ribas Carli, mas o questionamento que eu pessoalmente faço em relação a esse investimento da Copel, não é a respeito da legalidade do Fundo que destina parte do Imposto de Renda devido para aplicação em investimento no Norte e no Nordeste do nosso País. Não é essa a questão.

O que me preocupa e eu gostaria de ter os esclarecimentos, é, por quê a Nova Holanda foi escolhida? Como é que se deu a escolha da Nova Holanda, que pode ter um

empreendimento meu lá, uma solicitação minha, um investimento do Vanhoni lá no Nordeste? Quero saber por que é que esse investimento do senhor José de Alcântara Machado foi escolhido, e o meu que está lá também no Maranhão, no Tocantins, na Amazônia, não foi escolhido. Quer dizer: ou a Copel tem um critério seu próprio para fazer a escolha ou o Governo Federal disciplina isto em relação às empresas públicas, tem algum critério que estabeleça, que discipline isso, porque senão, vamos subentender que é uma decisão única e exclusivamente individual.

Por exemplo: posso ficar com a impressão de que o relato que o deputado Orlando Pessuti trouxe de que a influência, o parentesco, quer dizer, os laços de sangue entre uma pessoa e outra possam ter sido suficientes e unicamente suficientes para destinar 25 milhões de reais para um projeto. Não quero acreditar que a Copel esteja sendo gerida e decidindo seus investimentos com esse tipo de determinação. A Idade Média já não existe mais. Não é mais a aristocracia, os laços consanguíneos que devem permear a administração da República!

Então é nesse sentido o meu requerimento, deputado Durval Amaral, para colher, trazer essas informações que V. Exa. de alguma forma já traz, em função da legislação, mas sobretudo quais os critérios e se é que não é preciso um disciplinamento legal para que a Copel possa destinar este ou aquele montante do seu imposto devido, para um fundo. Porque senão, eu pergunto: o presidente da Copel pode decidir para quem vai? O diretor de sicrano pode decidir para onde vai? A que montante é isto? Quarenta, cinquenta, cem milhões? Não sei se o senhor entende, mas do ponto de vista da República, precisamos ter esses esclarecimentos, senão estamos na Idade Média.

O SR. DURVAL AMARAL

Darei um aparte ao deputado Orlando Pessuti e peço desculpas aos demais.

Depois, concluirei meu raciocínio.

O Sr. Orlando Pessuti

Veja bem, deputado, V. Exa. falou na Lei 8167. Então, nós não estamos questionando a questão dos fundos constitucionais do Nordeste, da Amazônia, não estamos questionando isto. O que estamos questionando é o seguinte: foi realmente uma deliberação da Copel, é possível que a Copel libere este tipo de incentivo a empresas cujos proprietários são parentes, irmãos, sei lá, de repente até sócios de diretores da Copel? Porque uma das coisas que mais se questiona em todas estas reportagens e denúncias que estão sendo feitas é o fato de que a própria Roseana teria presidido uma reunião da Sudam quando os recursos foram aportados para a Usimar, para essas empresas todas.

Os deputados Plauto e Ribas Carli falaram com bastante veemência do projeto Nova Holanda. É um projeto realmente maravilhoso. O que estamos questio-

nando é que a diretoria da Copel tem autoridade legal, tem autoridade moral, vamos dizer, para liberar dinheiro para parentes de diretores? É este o questionamento.

Mas, não se falou nada, aqui, quando se falou da Nova Holanda, que o projeto é realmente maravilhoso. Tive oportunidade de ler sobre isso. Mas, ninguém falou nada por exemplo, da questão da Usimar. Ninguém falou que o projeto é este. E quando V. Exa. diz: “olha, se não colocarmos este dinheiro lá, estamos perdendo”, eu até concordo que o projeto é isto. E quando V. Exa. diz: “olha, se não colocarmos este dinheiro lá, estamos perdendo”, eu até discordo de V. Exa., porque se colocarmos lá e “meterem a mão” no dinheiro, aí sim nós estamos perdendo. Porque se este dinheiro não fosse colocado na forma de incentivo fiscal e recolhido na forma de imposto de renda, ele constituiria o fundo, o “fundão” que voltaria uma parte dele ao Estado do Paraná, aos Estados, em municípios, na repartição do FPE e FPM. Então, se foi mal aplicado, os paranaenses realmente estão perdendo. Agora, eu gostaria que isto tudo fosse explicado. Se o Leone Viana de lá e o Leone Viana da Copel realmente são irmãos, como está se anunciando.

O SR. DURVAL AMARAL

Agradeço o aparte e peço desculpas por não poder conceder aparte aos demais deputados, mas gostaria de concluir nossa linha de raciocínio, respondendo às indagações, se assim for possível. Primeiro, o investimento é legal ou ilegal? Os critérios que foram utilizados para investir neste projeto Nova Holanda, são os critérios técnicos que fundamentam e que estão prescritos nos critérios estabelecidos pela Lei do Imposto de Renda e principalmente pelo lucro real? Da mesma forma o Governo do Estado, ou melhor, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica se recusou a investir no Projeto Usimar, que também pleiteou recursos deste Fundo, pleiteou recursos da Copel e os técnicos da Copel, após uma avaliação feita desse projeto, não entenderam que ele poderia se enquadrar.

E, por último, se estes recursos não fossem destinados a este projeto ou aos demais projetos que aqui trouxe, poderia ser destinado a empresas ou projetos desenvolvidos no Estado do Paraná, a resposta é “não”. Podem somente ser destinados, senhor presidente, para o Finor, que é o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, para o Finam, que é o Fundo de Investimento da Amazônia, ou Funres, que é o Fundo de Recuperação Econômica do Espírito Santo.

Acredito que desta forma, apesar de não resolver definitivamente as indagações que não são puramente técnicas, mas também de cunho político, espero ter esclarecido, dentro do que determina a lei, dentro dos aspectos da estrita legalidade, a aplicação correta e a seriedade que a Copel tem investido recursos do lucro real do seu Imposto de Renda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, com apoioamento do senhor deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do senhor deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 575/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Bocaiúva do Sul, com sede e foro no município de Bocaiúva do Sul. **Aprovado. (Publ. no DA nº 162/2001, de 05/11/2001)**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 608/2001, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública o Clube do Vovô de Tupãssi, com sede e foro no município de Tupãssi. **Aprovado. (Publ. no DA nº 169/2001, de 19/11/2001)**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 619/2001, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a AMAJ - Associação de Moradores e

Amigos de Jotaesse, com sede e foro no município de Tupãssi. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 619/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos de Jotaesse - AMAJ, com sede no município de Tupãssi e foro no município de Assis Chateaubriand.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) ALGACI TUILIO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 622/2001, de autoria do deputado Ademar Luiz Traiano, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Cruzeiro do Sul. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 622/2001

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Moradores e Amigos do Jardim Cruzeiro do Sul, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 647/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária dos Produtores de Santo Antonio, com sede no município de Roncador e foro no município de Campo Mourão. **Aprovado. (Publ. no DA nº 180/2001, de 28/11/2001)**

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 649/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária dos Produtores do Alto São João, com sede no município de Roncador. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 649/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Produtores do Alto São João, com sede no município de Roncador e foro no município de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.03.2002.
(aa) ALGACI TULIO - Presidente
TONY GARCIA - Relator

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 654/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Aspar - Associação de Produtores do Alto do Riozinho, com sede no município de Farol e foro no município de Campo Mourão. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 654/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Produtores do Alto Riozinho - Aspar, com sede no município de Farol e foro no município de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.03.2002.
(aa) ALGACI TULIO - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

ITEM 08

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 657/2001, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores da Linha Nova Aratiba, com sede e foro na cidade de Palotina. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 657/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores da Linha Nova Aratiba, com sede e foro no município de Palotina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.03.2002.
(aa) ALGACI TULIO - Presidente
TONY GARCIA - Relator

ITEM 09

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 659/2001, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no município de Dois Vizinhos. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 659/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no município de Dois Vizinhos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 04.03.2002.
(aa) ALGACI TULIO - Presidente
TONY GARCIA - Relator

ITEM 10

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 688/2001, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de Utilidade Pública Estadual o Clube de Mães da Comunidade da Fazenda Mazurana, do município de Dois Vizinhos, com sede e foro no mesmo município. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 688/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Clube de Mães da Comunidade de Fazenda Mazurana, com sede e foro no município de Dois Vizinhos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.
(aa) ALGACI TULIO - Presidente
HERMES FONSECA - Relator

ITEM 11

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 689/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Amigos

dos Excepcionais de Quitandinha, com sede em Quitandinha e foro em Rio Negro. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 689/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Quitandinha - APAE, com sede no município de Quitandinha e foro no município de Rio Negro.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

ITEM 12

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 697/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Produtores de Leite do Barro Preto - APLEBP, com sede no município de Roncador e foro no município de Campo Mourão. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 697/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Produtores de Leite de Barro Preto - APLEBP, com sede no município de Roncador e foro no município de Campo Mourão.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 05.03.2002.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

ITEM 13

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 396/2001, de autoria do deputado Ademir Bier, que proíbe que as empresas de concessão de serviços públicos de água, luz e telefonia façam o corte do fornecimento residencial de seus serviços por falta de pagamento de contas em dias específicos e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E COPTC. COM EMENDA DA COPTC. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Aprovada a emenda.

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 228/99, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, que dispõe sobre a abertura de crédito para o financiamento de áreas destinadas à pequena propriedade rural. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CAIC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 040/99, de 10/05/99)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 228/99

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 228/99, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, dispõe sobre a abertura de crédito para o financiamento de áreas destinadas à pequena propriedade rural.

Foram promovidas diligências junto à Superintendência do Paraná, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra.

O referido órgão federal prestou a seguinte informação: "o Projeto de Lei nº 228/99, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro nos parece semelhante ao Programa do Governo Federal intitulado de Banco da Terra, onde, em linhas gerais, os agricultores reunidos através de uma associação habilitam-se à aquisição de terra mediante financiamento com prazo de até 20 (vinte) anos para pagamento, não podendo ultrapassar o teto de R\$40.000,00 (quarenta mil reais) por agricultor beneficiário".

Foi enviado, ainda, o manual do Programa Banco da Terra.

É preciso salientar que esse programa federal está implantado no Estado do Paraná, com gerência do Dr. Humberto Malucelli Neto, da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento.

Diante dos fatos e considerando tratar-se de matéria autorizatória, emitimos nosso parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 228/99.

Sala das Comissões, em 21.03.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 228/99

P A R E C E R :

01) Do projeto

De iniciativa do ilustre deputado Luiz Fernandes Litro, o presente projeto de lei visa autorizar o Chefe do Poder Executivo a abrir linhas de crédito através de Programa de Apoio ao Pequeno Proprietário Rural, destinadas à aquisição de áreas e à realização de benfeitorias.

02) Do parecer

A douta Comissão de Constituição e Justiça chamada a emitir seu voto através do relator, o ilustre deputado Antonio Carlos Belinati acolheu o presente projeto de lei. Esta Comissão, por este relator, observa

que o projeto, de largo alcance social, sem dúvida atuará no desenvolvimento da pequena propriedade rural, gerando oportunidades ao trabalhador rural e sua família. Ademais, o Estado do Paraná carece de um programa efetivo e consistente para a pequena propriedade rural, servindo desta maneira o texto legal como instrumento a ser desenvolvido pelo Estado em sua missão social.

03) Do voto

Do exposto, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 29.03.2000.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

BETO RICHIA - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO PROJETO DE LEI Nº 228/99

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro, tem por objetivo dispor sobre a abertura de crédito para o financiamento de áreas destinadas à pequena propriedade rural.

A matéria recebeu parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

Chamada esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio a se manifestar, entendemos ser o projeto de elevado interesse para o Estado do Paraná, vez que inexistem linhas de crédito que possibilitem ao agricultor adquirir área própria, sendo portanto, de largo interesse social.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 24.05.2000.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente e Relator

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 066/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que institui o Fundo de Apoio à Geração de Emprego e renda no Estado e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CDHC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 014/2000, de 14/03/2000)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 066/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Luiz Accorsi, visa instituir o Fundo de Apoio à Geração de Emprego e Renda no Estado e adota outras providências.

Chamada a opinar, esta Comissão verificou que não existe nenhum óbice de natureza regimental, constitucional e legal para a tramitação da presente proposição nesta Casa de Leis, desde que se adote uma Emenda Corretiva.

Deste modo, apresentamos parecer favorável ao projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.03.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 066/2000 EMENDA CORRETIVA

O *caput* do artigo 1º do Projeto de Lei nº 066/2000 passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo do Estado a instituir, nos exercícios de 2001 a 2005, o Fundo de Apoio à Geração de Emprego e Renda, com objetivo de viabilizar incremento na geração de emprego e renda.

Sala das Comissões, em 28.03.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PASTOR EDSON PRACZYK - Relator

Apoioamento:

Plauto Miró Guimarães

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 066/2000

P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria do deputado Luiz Accorsi, tem por objetivo instituir o Fundo de Apoio à Geração de Emprego e Renda no Estado e adota outras providências.

Tal propositura já mereceu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça. Esta Comissão de Finanças, chamada a opinar, de acordo com o parágrafo 3º do artigo 33 do Regimento Interno, conclui ser a matéria de alta relevância social face à grave situação enfrentada por alguns municípios em relação ao desemprego, merecendo, portanto, nosso parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.03.2000.

(a) ADEMIR BIER - Presidente e Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS PROJETO DE LEI Nº 066/2000

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Luiz Accorsi, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a instituir o Fundo de Apoio à Geração de Emprego e Renda no Estado e adota outras providências.

Fundamentação

Tal iniciativa já recebeu parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Esta Comissão de Direitos Humanos, chamada a opinar, conclui que a propositura pretende oferecer alternativas à grave situação enfrentada por alguns municípios

de nosso Estado em relação ao desemprego, provocando ações públicas voltadas ao incentivo à ampliação de ofertas de trabalho.

Conclusão

Pelo exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 28.03.2001.

(aa) RENATO GAÚCHO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 251/2000, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, dispõe sobre as condições e a efetivação do trabalho dos presidiários do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. (Publ. no DA nº 098/2000, de 08/08/2000)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 251/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, que tem por objetivo dispor sobre as condições e a efetivação do trabalho dos presidiários do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão a se manifestar, com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 04.12.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 251/2000

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, o presente projeto de lei tem por objetivo dispor sobre as condições e a efetivação do trabalho dos presidiários do Sistema Penitenciário do Estado do Paraná.

Fundamentação

Sobre a matéria, já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão de Segurança Pública, entende que a presente proposição visa a ressocialização do preso junto à sociedade, evitando que os mesmos se reeduquem em novas técnicas criminais.

Conclusão

Diante do exposto, manifestamos nosso parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.05.2001.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vai se proceder a verificação de votação.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Chamada nominal, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Solicito ao 1º Secretário que realize chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Antonio Carlos Belinati**)
(**Procede à chamada nominal**)

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vinte e oito deputados responderam à chamada.

Há quórum para deliberar.

Vamos para a verificação de votação. Os deputados que aprovam, queriam levantar-se. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (**Pela Ordem**)

A esposa do deputado Carlos Simões acaba de me ligar dizendo que ele sofreu uma cirurgia de alto risco. Temos fé que tudo será passageiro. Ela pede que se registre nesta Casa o afastamento do deputado.

Peço a oração de todos para que ele se recupere e volte brevemente.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Votos de toda a Assembléia Legislativa para que o deputado Carlos Simões se restabeleça e volte às atividades nas próximas horas.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Todos fazemos votos para a recuperação do deputado Carlos Simões.

Gostaria de solicitar a V. Exa., mesmo que verbalmente para que colocasse na pauta o Projeto de Lei nº 557/2001, de nossa autoria. Que numa próxima oportunidade pudéssemos votá-lo aqui.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Logo após o término da Sessão, daremos uma olhada se o processo já está pronto.

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 341 e 342 de autoria do senhor deputado Basílio Zanusso, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 354, de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 369, de autoria do senhor deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 350, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constante do expediente. **Em votação.**

O SR. DURVAL AMARAL

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Vai se proceder à verificação de votação. Os deputados que aprovam, queiram, levantar-se.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente.

Requeiro chamada nominal para que se processe a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Solicito ao 1º Secretário para que faça a chamada dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Antonio Belinati**)

(**Procede à chamada nominal**)

23 senhores deputados.

O SR. ELI GHELLERE (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, foi registrada a presença do deputado Chico Noroeste?

Ele saiu durante o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Eli Ghellere, quando se procede a chamada nominal, se algum deputado não quiser responder a presença, não precisa!

O SR. ELI GHELLERE

Então, queria que ficasse registrado também, que nos gabinetes não tem som, pelo menos no meu gabinete.

Está tendo dificuldade dos deputados voltarem durante o processo de votação.

Para ficar registrado.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não procede mas nós vamos verificar com a equipe técnica, o que está acontecendo?

Não há quórum para deliberar, apenas para continuar a Sessão.

Queremos só lembrar aos senhores deputados, que amanhã, dia 12 às 13h00, nós teremos o Seminário Regional de Interlegis, que será realizada aqui na Assembleia Legislativa, no Plenarinho.

O nosso assessor, o deputado José Maria Ferreira, fez um grande trabalho junto com o nosso presidente, Hermas Brandão.

E, da mesma forma, às 11h30min queremos convidar também todos os senhores deputados, para estarem

presentes no 3º andar, no prédio administrativo, quando será inaugurado o nosso Interlegis, um Sistema de Interligação do Poder Legislativo do Estado do Paraná, com todo o Poder Legislativo de todo o Brasil, inclusive com o Congresso.

Todos os senhores deputados, convidados, às 11h30min, no 3º andar, no prédio administrativo e as 13h00, no plenarinho, um seminário.

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, para comunicar os senhores parlamentares, em especial os que são de Curitiba, da Região Metropolitana, que na quarta-feira, no horário das 10h00 da manhã, na Sala das Comissões, no 3º andar, teremos a presença do Dr. Paulo Kauhara (*sic*) que é o presidente da Colmec (*sic*), ele vem falar sobre o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba.

É o convite deste parlamentar, que representa a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no debate em relação ao Plano de Desenvolvimento Integrado de Curitiba e da Região Metropolitana.

Quarta-feira, 10h00 da manhã, na Sala das Comissões.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, em meu nome pessoal, dos demais integrantes da CPI dos Alimentos, CPI do Leite, nós estamos convidando e convocando todos os senhores deputados para amanhã, às 9h30min no plenarinho, para a audiência que vamos fazer com a Associação dos Supermercados e com a Associação dos Fornecedoros de Supermercados.

Estamos agora na fase de oitiva do comércio varejista.

Na semana que vem, será a vez das grandes redes.

Amanhã, portanto, às 9h30min no plenarinho, Audiência da CPI dos Alimentos, com a Associação dos Supermercados e dos Fornecedoros de Supermercados.

Era isso.

O SR. CEZAR SILVESTRI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, até para que nós possamos informar aos deputados. O deputado Orlando Pessuti falava da Reunião da CPI do Leite e V. Exa. falava também de um convite que está sendo feito, se não me engano, pela Interlegis não é isso?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Isso. Às 11h30.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Mas não é no plenarinho também?

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não, esse é no terceiro andar. No plenarinho é as 13h00.

O SR. CEZAR SILVESTRI

Ah, bom! Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 12, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 006/99, 168, 428/2000, 012, 024, 029, 063, 128, 311 e 585/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 228/99, 66 e 251/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 004, 007, 012, 026, 040, 046, 062 e 079/2002.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissão:

COMISSÃO DE REDAÇÃO

4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de março do ano de dois mil e dois, na sala de reunião das Comissões, reuniu-se, a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da

reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o senhor presidente avocou e relatou os Projetos de Lei nºs 506/99, 401/2000 e 501/2001, na sequência deputado Tony Garcia relatou os Projetos de Lei nºs 164/2001, 468/2001, 575/2001, 647/2001, 657/2001, 649/2001 e 659/2001, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e dois, na sala de reunião das Comissões, reuniu-se, a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o senhor presidente avocou e relatou o Projeto de Lei nº 168/2000, na sequência deputado Hermes Fonseca relatou os Projetos de Lei nºs 608/2001, 622/2001, 654/2001, 688/2001, 689/2001 e 697/2001, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária